



EXTENSÃO NO IFSC: DAS AÇÕES PONTUAIS ÀS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE CREDITAÇÃO CURRICULAR (2008-2019)

André Dala Possa¹⁰¹

Contexto

Atendendo ao chamado do Fórum Nacional de Pró-Reitores, órgão consultivo do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), o presente artigo faz uma breve análise de conteúdo dos relatórios de gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), especificamente em relação aos indicadores de extensão, e identifica aspectos contextuais do desenvolvimento dessa dimensão educacional na instituição. Os resultados apontam para um cenário conhecido e recorrente em todo o país: desenvolvimento da prática extensionista concomitante a esforços políticos organizados para maior clareza conceitual e melhor sistematização dessas atividades dentro e fora dos currículos.

No IFSC, é a partir de 2008 que a extensão se torna uma possibilidade de atuação, quando o Cefet passa a ser Instituto Federal – equiparando-se às universidades, portanto. O recorte 2008-2019 centra esforços em apresentar o máximo de dados possíveis a partir de extrações dos relatórios de gestão publicados pelo IFSC, enquanto autarquia federal. Existe atualmente um grupo de trabalho dentro do Forproext que busca padronizar os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (Ibeu).

¹⁰¹ Pró-reitor de Extensão do IFSC

Análise de conteúdo

Iniciamos a análise de conteúdo dos relatórios de gestão do IFSC (2008-2019) pela identificação da recorrência do termo “extensão” nos respectivos documentos e a indicação contextualizada de aspectos relevantes ao presente estudo. Uma constatação inicial, já explorada noutros estudos, diz respeito à homologia discursiva presente em dispositivos norteadores vindos de instituições acadêmicas (POSSA; ARAÚJO; HEBERLÊ, 2008):

Não se encontra uma visão dialógica ou mesmo dialética a respeito da temática da extensão, o que poderia sugerir práticas da dinâmica de “intercâmbio”. Observa-se uma estranha homologia discursiva, essa denota - e também reforça - o uso indiscriminado e banalizado dos conceitos na formatação dos textos (p.11).

De 2008 até hoje, essa perspectiva intercambista da extensão avançou. Como se observa nas próximas páginas, existe um processo de qualificação da extensão em curso no Brasil – em muitos contextos, graças à capilaridade dos Institutos Federais.

Em 2009, a prestação de contas do IFSC à sociedade, quanto ao exercício de 2008, traz os seguintes dados no tocante à extensão: (a) são 108 páginas de relatório – o termo “extensão” figura cinco; (b) não há informações das atividades desenvolvidas no exercício. Chama a atenção a última menção do texto, na página 65, quando está em tela o desafio da “Formalização de convênios para parcerias na construção e/ou modernização dos *campi* do IFSC”. Nesse trecho, a palavra extensão está empregada no sentido de ser instrumento para formalizar o recebimento de doações. Na perspectiva macro das políticas institucionais para a área, o documento informa que “As atividades de ensino, de pesquisa e extensão foram reorganizadas a partir das discussões para aprovação de uma Resolução integrada, definindo regras claras para as atividades de pesquisa e extensão articuladas de forma indissociável ao ensino” (IFSC, 2009). Esse ano, 2008, pode ser considerado embrionário à Rede criada pela Lei 11.892/2008, o que explica em partes o contexto das informações presentes neste período referentes à extensão.

Em 2010, o relatório de gestão do IFSC informa a realização de dois cursos de extensão. O primeiro listado é o de “Operações básicas em pequenos meios de hospedagem rural” e o segundo “Operações básicas em cozinha serrana”. O relatório, com 146 páginas, traz 12 menções textuais ao termo “extensão”, sendo duas delas relacionadas aos cursos já identificados. As demais reproduzem denominação de unidades

administrativas e repetem a citação acima, que indica a reorganização das atividades de extensão para aprovação de uma resolução integrada. Não há informação de projetos cadastrados, público impactado e nenhum outro indicador relacionado ao que o IBEU suscita.

Para 2011, são 292 páginas de texto e 55 menções do termo "extensão". Em uma das citações, encontra-se o papel da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (IFSC, 2012).

Uma síntese possível das articulações promovidas para a extensão do IFSC naquele período é o que segue:

Os instrumentos celebrados pelo IF-SC, por intermédio da Coordenadoria de Parcerias e Convênios em sua maioria correspondem ao estabelecimento de acordos entre prefeituras, empresas e entidades diversas visando disciplinar a oferta de cursos de extensão na modalidade FIC - Formação Inicial e Continuada, estágios obrigatórios e não obrigatórios e oferta de cursos específicos a empresas. Portanto, não há como preencher os quadros previstos, pois não ocorreu a transferência de recursos do IF-SC para terceiros (IFSC, 2012).

Foram 53 parcerias firmadas. Pode-se denotar da análise das informações do relatório de gestão 2012 que o IFSC teve, nesse período, um significativo incremento de atividades de extensão na rotina educacional. Antecipa-se que mais tarde, em 2016, seguindo a política nacional de extensão, atividades como estágio e oferta de cursos FIC foram realocadas à Pró-Reitoria de ensino. Tais mudanças foram implementadas findado o processo participativo e democrático de redação da resolução 61/2016 – apreciada e aprovada pelo Conselho Superior do IFSC, em vigência desde então. Ainda em relação ao relatório 2012, destaca-se a participação nos programas Mulheres Mil, Segundo Tempo e Objetivos do Milênio, além de programas internos de extensão, como o Polo de Extensão do IFSC (Poloex), que atendeu uma comunidade quilombola. Por fim, é no relatório de gestão 2012 (ano base 2011) que aparece pela primeira vez o número

de projetos de extensão cadastrados (177); de servidores envolvidos (365); de editais internos publicados (12); e de público impactado pelas ações¹⁰² (5,4 mil).

A gestão atuante no ano de 2013 entregou um relatório com 233 páginas que trazia 83 menções ao termo “extensão”. Quanto à possível projeção de uma série histórica de dados fundantes da extensão, temos registro de 77 ações de extensão e de 138 projetos de extensão cadastrados; foram nove mil pessoas impactadas pelas atividades (ações mais projetos). Comparando ao documento anterior, o relatório 2013 não traz o número de servidores envolvidos nem editais publicados. Pensando criticamente, inclusive frente aos documentos norteadores nacionais da extensão vigentes hoje e à época, não existe relato de estudantes envolvidos, produtos gerados, bolsas distribuídas. Porém, em tempo, existe o montante de orçamento executado: “quase R\$ 400 mil”.

Referente às parcerias, foram firmadas 52 – ainda com a perspectiva de convênios de estágio, credenciamento de polos para a educação a distância, oferta de cursos FIC e outros objetos não necessariamente contidos no entendimento de extensão. Como destaque para esse período em relação ao detalhamento constante do quadro 72, à página 196, tem-se o número de projetos por *campus*. Araranguá e Florianópolis-Continente despontam no quantitativo de projetos (28 e 17, respectivamente).

O relatório de gestão IFSC 2014, ano base 2013, informa que foram firmadas 55 parcerias no exercício. A comunidade executou 259 projetos e 275 ações de extensão. Pela primeira vez no recorte deste estudo encontramos menção a registro de programas de extensão: foram três registrados. Também, de forma inédita, aparece o registro do número de estudantes envolvidos (324). Esse movimento da área gerou o envolvimento de 680 servidores e impactou 466 mil pessoas. Retomando a perspectiva macro, foi nesse ano que o Conselho Superior (Consup) aprovou a resolução número 20, que regulamentou as atividades de extensão do IFSC entre 2013 e 2016. De 2017 até os dias atuais está vigente a resolução 61/2016 Consup – conforme já antecipado.

O ano de 2013 encerra-se com uma conquista importante para a área da extensão no IFSC, não apenas pela regulamentação da prática extensionista, mas também pelo incremento de recursos (R\$ 788,6 mil

¹⁰² A nomenclatura “ações de extensão” foi utilizada no IFSC de 2012 a 2016. Atualmente denominam-se “atividades de extensão” e a instituição utiliza o regramento da Renex (programas, projetos, cursos, eventos e produtos).

executados). A equipe redatora do relatório de gestão avaliou o processo de crescimento e desenvolvimento da extensão no IFSC da seguinte forma:

A estrutura de pessoal nos câmpus, bem como o reconhecimento da extensão como atividade institucional, apoiaram o desenvolvimento do projeto. O aumento do orçamento da extensão nos anos de 2012 e 2013 culminou nos bons resultados obtidos. A não existência de uma coordenação de arte, cultura e esportes dificulta a implementação institucional de diretrizes e políticas para as áreas, bem como a formalização de parcerias. Necessita-se no quadro de pessoal, de um servidor específico na Reitoria para traçar, coordenar e implementar diretrizes para a temática (IFSC, 2014).

Existe, ainda, nesse documento a indicação da necessidade de um *software* que auxiliaria na gestão das atividades acadêmicas. Em 2016, a Diretoria de Extensão customizou e implementou o módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-Extensão). Quanto à contratação de profissional específico para dar fluxo aos processos de parcerias, a efetivação ocorreu em 2017, quando essa atividade foi centralizada no gabinete do reitor. Também havia sido requisitada a criação de uma coordenadoria de Arte, Cultura e Esportes, porém, isso nunca aconteceu por entendimentos diversos dos técnicos da equipe e gestores. Em síntese, entende-se que, apesar do lugar expressivo das atividades dessas áreas temáticas, criar a coordenadoria poderia preterir o desenvolvimento estratégico das demais. Na figura 1, Kuba (2018) apresenta uma síntese da origem das atividades de extensão no IFSC para além do que se explora aqui – os relatórios de gestão.

Figura 1 - Destaques da origem da extensão no IFSC



Fonte: Kuba (2018)

No relatório de gestão publicado pelo IFSC em 2015, ano base 2014, a extensão demonstra resultados bastante expressivos nos indicadores recorrentes neste recorte temporal: parcerias firmadas (81); servidores envolvidos (878); discentes envolvidos (499); recurso executado (R\$ 77,5 mil); público impactado (144,5 mil); e atividades cadastradas: programas (3); projetos (381); ações (851). Por fim, nos destaques da análise de conteúdo dos relatórios de prestação de contas do IFSC (2008-2019), cabe salientar que foi em 2014 que a instituição deu o primeiro passo rumo à creditação curricular, ou curricularização, da extensão. Isso porque, nesse ano, o Conselho Superior regulamentou o programa Institucional de Fomento à Extensão, definindo a metodologia e o cronograma para a construção de regras para os cursos superiores do IFSC. Essa construção vem no contexto das discussões da redação do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e culminou na publicação da Resolução Consup/IFSC número 35/2015, substituída pela 40/2016 do mesmo órgão.

O sétimo ano de análise do presente estudo, 2015, tem os seguintes indicadores básicos: parcerias firmadas (81); servidores envolvidos (1.428); discentes envolvidos (345); recurso executado (R\$ 1 mi); público impactado (388,2 mil); e atividades cadastradas: programas (1); projetos (409); ações (601). Para encerrar o apanhado da série histórica dos indicadores mínimos possíveis da extensão a partir dos relatórios de gestão publicado pela instituição, apresenta-se a Tabela 1 que segue:

Tabela 1 - Síntese dos indicadores da extensão no IFSC (2008-2019)

Exercício	Parcerias firmadas	Recurso executado	Servidores envolvidos	Discentes envolvidos	Atividades cadastradas	Público impactado
2008/09	8	-	-	-	60	-
2009/10	26	-	-	-	56	-
2010/11	37	-	58	27	99	3.288
2011/12	53	-	365	-	125	5.400
2012/13	48	R\$ 788,6 mil	-	-	237	9.000
2013/14	55	R\$ 788,6 mil	680	324	537	466.044
2014/15	81	R\$ 77,5 mil	878	499	1.325	144.594
2015/16	80	R\$ 1 mi	1.428	345	1.011	388.164
2016/17	9	R\$ 1,3 mi	1.499	1.103	1.269	765.550
2017/18	9	R\$ 1,34 mi	3.212	3.214	462	424.394
2018/19	3	R\$ 1,6 mi	2.093	2.459	704	385.846
2019/20	9	R\$ 1,2 mi	2.413	3.248	649	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados publicados pelo IFSC em seus relatórios de gestão

Em 2017, a curricularização da extensão ganha uma sessão específica no relatório de gestão do exercício 2016. Enquanto isso, os processos de parcerias que permanecem na Proex são somente aqueles que têm como objeto a viabilização de atividades de extensão. Observa-se, assim, que a área de extensão passa, nesse ano, a ser regida por uma nova resolução do Conselho Superior, além de ter sido efetuada a atualização do regramento para a curricularização da extensão.

Conforme estabelece o Plano Nacional de Educação 2014-2024, os projetos pedagógicos (PPC) de todos os cursos superiores do País deverão assegurar em suas matrizes curriculares, no mínimo, 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social. A Diretoria de Extensão do IFSC (DIREX) lançou um site para organizar o processo que contará com as seguintes etapas: sensibilização, revisão dos PPCs e oferta dos cursos (IFSC, 2017).

O IFSC, especificamente no sentido da estratégia 12.7 do PNE, vem empreendendo esforços desde 2014. As principais ações do plano de trabalho convergem no sentido de:

- a) redação e publicação de resoluções internas com as diretrizes para o processo de curricularização da extensão;
- b) articulação com os conselhos e colegiados internos e externos para sensibilizar sobre a necessidade de revisão dos currículos e inclusão de projetos e programas;
- c) formação continuada dos extensionistas docentes, técnicos e discentes;
- d) aprimoramento do relacionamento externo com agendas cíclicas, eventos, chamadas públicas e visitas para captação de demandas e percepção de necessidades;
- e) adequações no sistema de registros acadêmicos para garantir o controle da acreditação no histórico do estudante;
- f) reorganização orçamentária e financeira para dar possibilidade de fomento inicial específico;
- g) acompanhamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) para as etapas centrais do processo, incluindo em suas rotinas de trabalho ferramentas potenciais à cocriação e à disrupção.

Outras ações vêm sendo promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC, dentro e fora da instituição, como a articulação com conselhos profissionais e entidades de classes, o incentivo à internacionalização de experiências para enviar e receber discentes entre

nações estratégicas, a ocupação de cadeiras em conselhos, associações e outras organizações da sociedade civil, a criação de laboratório de projetos para identificar oportunidades de captação externa de recurso conforme *expertise* dos extensionistas e assim por diante. O que está em processo na curricularização de atividades de extensão é maior que a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos: estamos diante de uma oportunidade inédita para revisarmos nossa posição no ecossistema produtivo catarinense, gerando ganhos aos aprendizes, egressos e formadores numa lógica orgânica e orientada de atualização, reflexão e prática profissional.

Em 2019, o Brasil abriu a segunda metade da década de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024). Longe de uma leitura pessimista, o Observatório do PNE alerta que nenhuma das 20 metas foi plenamente alcançada. Por outro lado, diversas das 254 estratégias registram avanços. Uma delas, dentro da meta 12, recebeu em outubro de 2018 um dispositivo legal que reforça sua amplitude e necessidade de alcance – trata-se da Resolução 7/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). O marco legal da extensão representa mais um esforço do Estado para tirar do papel a terceira dimensão da educação brasileira, que, em termos históricos, vem sendo praticada marginalmente nos currículos das graduações. Essa priorização do ensino e da pesquisa em detrimento de vivências sociais e do relacionamento dos actantes com os setores da sociedade é um dos fatores que compõem a pouca aderência das formações ao mercado e a significância questionável de alguns conteúdos ministrados frente aos interesses dos arranjos produtivos locais e regionais.

Considerações finais

Esses cinco anos de trabalho rumo ao mínimo de dez por cento de atividades de extensão nos currículos das graduações e constante incentivo à extensão, dentro e fora dos currículos da educação básica, foram marcados por centenas de reuniões administrativas, capacitações teóricas, oficinas de diagnóstico e desenho de intervenções, cursos de sistematização das experiências, seminários de integração e trocas, mesas-redondas com a comunidade externa, minutas de ementas de componentes curriculares, testes no sistema de gestão, etc. A materialização do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão gera demandas de gestão inéditas e em escala. Exige que a instituição se reorganize, qualifique seu planejamento e desartificialize as experiências

de aprendizagem, indo além dos estudos de casos calcados no discurso teórico, desfazendo barreiras simbólicas inter e intra departamentos e áreas. Revisitar os currículos é saudável em diversos aspectos, especialmente na Rede de Institutos Federais, que tem na educação profissional sua institucionalidade *sui generis*.

Atualmente, o IFSC possui sessenta cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e tecnólogos. Desses, 19 atendem à estratégia 12.7 do PNE e estão em oferta com as matrizes extensionalizadas. Outros 31 cursos superiores iniciaram o processo de revisão, estando cada qual num estágio bastante específico. Após realizarmos presencialmente três, quatro ou até cinco encontros formativos em nossos 22 *campi*, dialogando diretamente com mais de 1,8 mil educadores e outros milhares de graduandos e egressos, começamos a identificar resultados e ponderamos a necessidade de registrar relatos de algumas experiências do IFSC e de outras instituições.

Em 2018, a Revista Caminho Aberto aceitou o desafio e lançou a chamada especial. Claudicantes, como temos consciência, as experiências relatadas representam nossa verdade institucional dada a complexidade do desafio de incluir atividades de extensão nos currículos das graduações. Causaríamos surpresa se os impactos imediatos fossem plenamente exitosos, dada a cultura da extensão nas organizações e a tradição acadêmico científica que está estabelecida há décadas. Com frequência, os grupos docentes envolvidos na revisão dos projetos pedagógicos de cursos manifestavam não terem nenhuma experiência com a extensão.

Estamos transpondo um contexto de muita confusão na epistemologia do fazer extensionista, abandonando uma herança recente na qual se admitia, por exemplo, projetos de extensão sem o envolvimento de discentes ou alheios à participação da comunidade externa. Então, alguns dos pilotos podem ser considerados projetos de iniciação à prática extensionista e representam, em última análise, o esforço de equipes sensíveis à necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior com inclusão e qualidade.

Referências

POSSA, A. D.; HEBERLE, A.; ARAUJO, T. B. Homologia nos discursos sobre extensão universitária no RS. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: Mídia, ecologia e sociedade, 2008, Natal. São Paulo: Intercom, 2008.

KUBA, C. M. B. *et al.* **Avaliação da extensão**: recomendações de alternativas a partir de uma abordagem racionalista. 2018.

IFSC. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Relatórios de gestão**. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 10 jan. 2020.